

Considerando a notícia de fato encaminhada a esta Comissão por meio do Ofício Intersetorial nº 53.383/2025, oriundo da Secretaria Municipal de Educação, para conhecimento e adoção das providências cabíveis;

Considerando a necessidade de apuração formal dos fatos, bem como de eventual responsabilização administrativa, com observância do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal;

Considerando a necessidade de instauração de Processo Administrativo Disciplinar, com o objetivo de apurar supostas irregularidades ocorridas no âmbito da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR o Processo Administrativo Disciplinar nº 2026006364, com fundamento no art. 142, inciso LXXI, da Lei Complementar Municipal nº 193/2024 (Estatuto dos Servidores), com a finalidade de apurar eventual responsabilidade administrativa decorrente de reiteradas faltas injustificadas atribuídas ao servidor J.S.O., inscrito no CPF nº 0**..-26, ocupante do cargo efetivo de Professor.

Art. 2º - Convocar os membros da Comissão Permanente de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, designados pela Portaria de nº 370, publicada no Diário Oficial do Município nº 3.017, de 24 de abril de 2024, para atuarem no referido processo.

Art. 3º - Determinar a instauração dos trabalhos no primeiro dia útil após a publicação desta Portaria e concluí-los no prazo legal, nas dependências da sala da Comissão Especial de Processo Administrativo de Sindicância e Disciplinar, localizada no Prédio da Secretaria Municipal de Administração, na Rua 25 de Dezembro, nº 265, Centro, Araguaína/TO.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Araguaína 29 de abril de 2026

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

SAMUEL RODRIGUES FREIRES
Presidente da Comissão Permanente de PAD
Portaria nº 370/2025

ERRATA

CONSIDERANDO a portaria de reprogramação de férias nº 118 de 17 de abril de 2026, publicada no D.O.M nº 3495 de 22 de abril de 2026;

CONSIDERANDO a necessidade de retificar o período de gozo de férias da servidora ELIANE SOUSA BEZERRA;

Onde se lê:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	NOVO PERÍODO DE GOZO
27494	ELIANE SOUSA BEZERRA	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	14/07/2024 13/07/2025	(10 DIAS) 08/04/2026 17/04/2026 (05 DIAS) 04/05/2026 08/05/2026	(10 DIAS) 14/10/2026 23/10/2026 (05 DIAS) 23/11/2026 27/11/2026
27494	ELIANE SOUSA BEZERRA	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	14/07/2024 13/07/2025	(10 DIAS) 08/04/2026 17/04/2026 (05 DIAS) 04/05/2026 08/05/2026 (15 DIAS) 10/08/2026 24/08/2026	(30 DIAS) 08/04/2026 07/05/2026

Leia-se:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					
MATRÍCULA	NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	NOVO PERÍODO DE GOZO

27494	ELIANE SOUSA BEZERRA	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS	14/07/2024 13/07/2025	(10 DIAS) 08/04/2026 17/04/2026 (05 DIAS) 04/05/2026 08/05/2026 (15 DIAS) 10/08/2026 24/08/2026	(30 DIAS) 08/04/2026 07/05/2026
-------	----------------------	------------------------------	--------------------------	---	---------------------------------------

Araguaína – TO, aos 28 de abril de 2026.

Registre-se e Publique-se.

REJANE MOURÃO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração
Portaria Nº 022/2025

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 006/2026 – SRP

PROCESSO Nº 2026000218

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

DO OBJETO: Formalização de Ata de Registro de Preço para eventual Contratação de pessoa jurídica para **MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS** para atender as demandas da Secretaria Municipal da Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano (SEINFRA) e demais órgãos partícipes, especificações e quantitativos, constantes no Termo de Referência e seus anexos.

FUNDAMENTO LEGAL: Regido pela Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, o Decreto Federal n.º 11.462, de 31 de março de 2023, o Decreto Municipal nº 258/2024, no que couber Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais legislações pertinentes.

DA FORNECEDORA/DOS ITENS/DOS VALORES:

Fornecedor: HALF BENEFÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 43.091.320/0001-07.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTD.	VALOR ESTIMADO DA DESPESA	DESCONTO	VALOR ESTIMADO
1	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS – SERVIÇO / MÃO DE OBRA	E UNID.	1	R\$ 681.659,62	--	R\$ 681.659,62
2	MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS PESADOS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS - PEÇAS, COMPONENTES E ACESSÓRIOS	E UNID.	1	R\$ 2.152.044,76	--	R\$ 2.152.044,76
	TAXA ADMINISTRATIVA	TX	1	3,27%	52,52%	1,55%
	TAXA ADMINISTRATIVA COM O DESCONTO (1,55%)	TX	1	--	--	R\$ 43.922,42

Araguaína – TO, 29 de abril de 2026.

Lucas da Silva Oliveira
Pregoeiro

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº
02/2026/SUPAF/SECAD

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º: 2025009720

MODALIDADE DO PROCEDIMENTO AUXILIAR: CREDENCIAMENTO (ART. 78, I, DA LEI 14.133/2021 C/C ART. 170 DO DECRETO MUNICIPAL 258/2024)

CREDENCIANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CREDENCIADA: BRASITUR EVENTOS E TURISMO LTDA

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE INTERESSADOS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, COMPREENDENDO A COTAÇÃO, RESERVA, EMISSÃO, REMARCAÇÃO E CANCELAMENTO DE PASSAGENS AÉREAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, A FIM DE ATENDER AS DEMANDAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAÍNA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO EDITAL E SEUS ANEXOS.



VIGÊNCIA: DE 29/04/2026 A 28/08/2028
DATA DA ASSINATURA: 29 DE ABRIL DE 2026

ARAGUAÍNA – ESTADO DO TOCANTINS, 29 DE ABRIL DE 2026.

PUBLIQUE-SE

REJANE MOURÃO DA SILVA
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 022/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (SEMAS)

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA

Resolução nº 05/2026/CMDCA

Dispõe sobre chamamento do suplente do 8º Processo de Escolha dos Membros dos Conselhos Tutelares do Município de Araguaína/TO realizado no ano de 2023.

O PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, previstas em Lei Federal nº 8.069/90 Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA de 13 de julho de 1990 e Lei Municipal N.º 2.777 de 20 de dezembro de 2011/ alterada pela Lei Complementar nº 133 de 20 de dezembro de 2022 e demais disposições legais pertinentes.

CONSIDERANDO a Lei Municipal N.º 2.777 de 20 de dezembro de 2011/ alterada pela Lei Complementar nº 133 de 20 de dezembro de 2022 e demais disposições legais pertinentes;

CONSIDERANDO o Art. 64 da Lei Municipal Lei Complementar nº 133 de 20 de dezembro de 2022 o qual dispõe que “Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos: I – vacância de função; II – férias, do titular, superiores a 30 (trinta) dias; III – licenças ou suspensão, do titular, superiores a 30 (trinta) dias”;

CONSIDERANDO o Art. 65 da Lei Complementar nº 133 de 20 de dezembro de 2022 o qual dispõe que “Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem de classificação publicada”;

CONSIDERANDO que o Colegiado do Conselho Tutelar é composto por cinco (05) membros.

CONSIDERANDO ofício nº218/2026, da Secretaria Municipal de Administração, que em virtude do requerimento de férias da Conselheira Tutelar Adriana Moraes da S. Gomes, lotada no Conselho Tutelar Polo I de Araguaína.

RESOLVE:

Art.1º. Convocar a Sra. Luciana Pereira dos Santos, Conselheira Tutelar Suplente para posse e exercício em cargo público a partir da data do dia 04 de maio de 2026 até a data do dia 03 de junho de 2026, no cargo de provimento eletivo de CONSELHEIRA TUTELAR.

Art. 2º. Determinar à Superintendência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração para que proceda com as anotações devidas.

Art.3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Araguaína, 29 de abril de 2026.

Manoel de Assis Silva

Presidente - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA
Resolução nº17/2024/CMDCA

SECRETARIA MUNICIPAL DE CIÊNCIAS, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO (SECTI)

PORTARIA SECTI N.º 009, DE 28 DE ABRIL DE 2026

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DE ARAGUAÍNA, ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal Complementar nº 159, de 30 de novembro de 2023, quanto pela Lei Complementar nº 161, de 07 de dezembro de 2023, bem como pela Portaria nº 081, de 03 de fevereiro de 2025

RESOLVE:

Art. 1º - Art. 1º Designar os servidores: SERGIO MAIA RABELO, matrícula nº 64463 E GUILHARDYS SILVA MIGUEL, matrícula nº 64466, portaria nº 132 de 28 de fevereiro de 2025, para sem prejuízo de suas atribuições normais exercerem, respectivamente, o encargo de Fiscal e Suplente do Contrato abaixo especificado, referente à fiscalização e acompanhamento do citado contrato, para atender as necessidades desta Pasta, de acordo com Processo nº. 2021006110

Nº Contrato	Empresa Contratada	CNPJ
09/2021	SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS (SERPRO)	33.683.111/0001-07

Objeto: Prestação de serviços de tecnologia da informação para provimento de recursos e ambientes de computação em nuvem, sob demanda, incluindo serviços de avaliação de ambientes, definição de arquiteturas, gestão de topologias, manutenção e suporte técnico, e disponibilização continuada de recursos de infraestrutura.

Art. 2º - São atribuições do fiscal:

- Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das cláusulas avençadas no(s) contrato(s);
- Anotar em registro próprio e em forma de relatório as irregularidades eventualmente encontradas, as providências que determinam os incidentes verificados e o resultado das medidas, bem como informar por escrito ao Departamento de Contratos e Convênios sobre tais eventos;
- Determinar providências para a retificação de irregularidades encontradas e incidentes, imediatamente comunicando através de relatório ao Departamento de Contratos e Convênios para apreciação;
- Relatar o resultado das medidas retificadas, de forma conclusiva ao prosseguimento ou não do contrato;
- Opinar sobre a oportunidade e conveniência de prorrogação de vigência ou aditamentos do objeto, com antecedência de 90 (noventa) dias do final da vigência, logo após encaminhar para o Departamento de Contratos e Convênios para as providências necessárias;
- Justificar as ocorrências e promover o atendimento de diligências quando solicitadas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo;
- atestar a realização dos serviços efetivamente prestados e/ou os recebimentos dos materiais;
- observar a execução do contrato dentro dos limites dos critérios orçamentários para ele determinados;
- Nos casos de prorrogação, acréscimos e supressões, as solicitações devem ser expedidas em, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do término do contrato;
- Exigir que o contratado repare, corrija, remova ou substitua às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato que apresentar vícios, defeitos ou incorreções, nos termos do especificado no Edital de Licitação e seus anexos e nas cláusulas contratuais, conforme determina o artigo 119 da Lei nº 14.133/2021;
- supervisionar, sempre que necessário, os registros que acompanham as notas fiscais, tais como RANFs, Registros Auxiliares de Notas Fiscais, Cartas de Correção, Anexos à Notas Fiscais etc., autenticando sua validade e anexando à nota fiscal, ou recusando sua eficácia, discriminando o fato ao prestador de serviço e acompanhando a substituição.